

tempo e presença

publicação mensal do CEDI
número 180
fevereiro/março de 1983



**Rostos sofridos, não destruídos.
Povo que é Igreja.
O PAPA NA AMÉRICA CENTRAL**

“O universo em Cristo foi reentregue mas eu não recebi meu quinhão. O Paraíso em Cristo foi reaberto, mas eu não pisei o meu chão. A esperança em Cristo se realizou, mas eu ainda vivo utópicas promessas.

Eu também sou o máximo da Criação? ... Sou, meu Deus?”

Agonia I Valdomiro Pires de Oliveira

Se há um fato que bem pode perceber-se no conturbado mundo do nosso aqui-e-agora é o de se afirmar que a Igreja — mascarada em igrejas é certo, mas aflorando que nem Igreja mesmo — está aí. Neste tempo de Páscoa, ela vive a ressurreição sua intensamente e sacramentalmente imergida na desgraça de tantos sem “quinhão”, sem “chão”, traídos pelas “utópicas promessas” do Poeta — uma voz poético-profeta de um que é povo. Imergida nessa desgraça de armas, de ódio, de ranços conservadores, especialmente nesta nossa América Latina que, às vezes, parece carniça disputada pelos rapineiros insaciados. Ela, a Igreja, emerge semipascoalmente. O canto litúrgico não é ainda “Ressurrexit, laetare”, mas “Ressurgit, laetare”. Se alguns já podem cantar “Ressurgiu, alegrai-vos”, outros somente podem cantar “Ressurge, alegrai-vos”.

Para se perceber isso não se pode traduzir sempre Igreja por vozes eclesiásticas, seja de papas, seja de certas lideranças, mas percebê-la muito mais num Povo que rebenta suas cadeias, grita, se faz ouvir em vozes, aqui e ali — também de clérigos-profetas —; nos berros de eleições aqui e ali, embora violadas, violentadas; nas vozes-vivas de gargantas assassinadas que nem M. Romero e o Brenno.

O mundo, por causa da Igreja-Povo que produziu tijolos egípcios sob os chicotes; que ouviu os urros das feras “enfamintadas” para devorá-los; que experimentou todos os cárceres orientais-ocidentais; esse mundo vive as permanentes celebrações-cultos (Brenno).

Às vezes, essa Igreja rouba a voz papal para se fazer voz popular, muito mais Igreja, e lembrar o que ele, Papa, não quis lembrar: os mártires da Nicarágua (artigos sobre a visita do Papa).

No cruzamento Igreja/Movimentos Populares — a pororoca dos tempos modernos — o que sempre fica e vai ficar é o mar, sua grandeza, sua beleza, seus arcanos. Não é a história profana do homem que se escreve no dia a dia, mas a história humana da Igreja, aquela que fica de pé diante das forças infernais desencadeadas.

E quando, neste tempo pascal, — tempo de passagem sangrenta — se canta “Ele ressurgiu”, o que deve ser cantado e que está em ato é “Ele ressurge” (está ressurgindo). É preciso ter abertos os olhos e a intenção de não cochilar se é que somos “o máximo da Criação” de que fala Valdomiro. “Discernir o Cristo presente” (Bonino) ressurgindo. Porque se “deu a vida pelos amigos” (homilia-memória de M. Romero) então está vivo, enquanto houver — e sempre vai haver — amigos. Para tirá-la, essa vida, terão que matar todos os amigos, milhões.

E esta Revista também é, com todos os engajados-disseminados que receberam aquela vida de presente, um canal do grande grito semipascal: “Ressuscita, alegrai-vos!”

publicação mensal do CEDI
número 180
fevereiro/março de 1983

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício P. de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

Composição
Prensa
Rua Cte. Vergueiro da Cruz, 26
Tel. 280-8507

Fotolito e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Telefone 252-4610

Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 — Rio de Janeiro — RJ

CEDI
Centro Eclesiástico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Editor
Elter Dias Maciel

Redatores
Carlos Cunha
André A. Toral

Programação Visual
Anita Slade
Martha Braga

Arte final
José Roberto Gouvêa

Produção Gráfica
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura

O PAPA NA NICARÁGUA: UMA ANÁLISE DOS ACONTECIMENTOS

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

Estando na Nicarágua por ocasião da visita do Papa João Paulo II, procurei observar as reações da multidão que foi assistir à Missa. Para tanto, procurei aproximar-me de diferentes grupos, ouvir seus comentários, sempre mudando de lugar para ter uma visão geral do que se passava entre o grande público presente na Praça 19 de Julho. É desta observação, confrontada com as impressões de outras pessoas, que nasceu esta análise esboçada logo no dia seguinte ao da visita papal.

O CONTEXTO DA VISITA

O Papa chegou à Nicarágua no dia 4 de março, quando o País estava ainda abalado pela morte de dezessete jovens na região da fronteira. Eram voluntários que, protegendo os povoados camponeses das invasões armadas, foram atacados pelos guardas somozistas. Tinham sido enterrados no dia anterior, com honras de heróis nacionais, numa grande manifestação que uniu o povo, a Junta de Governo e a Frente Sandinista num forte anseio de paz e unidade nacional.

Neste contexto, a visita do Papa era esperada com alegria por católicos e não-católicos, já que, ao chegar à Costa Rica, ele havia reafirmado sua condição de mensageiro da paz e havia falado dos sofrimentos do povo. Além disso, o fato do tema do principal discurso ser a Unidade parecia indicar sua disposição em favorecer o diálogo entre o Governo e o Episcopado nicaraguense, desarmando os ânimos e propiciando o entendimento após uma série de tensões ocorridas nos últimos dois anos. A Junta de Governo tratou de preparar a visita com o maior cuidado, providenciando o transporte para pessoas de todas as províncias, declarando feriado, garantindo alimentação para quem viesse de longe e montando um esquema de segurança eficaz (pois não se pode esquecer que além de ataques nas fronteiras já houve atentados até no interior do País). Sob este aspecto, a visita do Papa foi um sucesso. Foi gasto combustível equivalente ao consumo de 2 meses, mas cerca de setecentas mil pessoas estavam presentes em León e Manágua. (Como a população total da Nicarágua não chega a três milhões, este número significa a metade da população adulta!) E tudo correu em ordem, com um povo alegre mas disciplinado que obedeceu às normas para o transporte, dispensando as medidas especiais de segurança que outros países adotaram para o Papa.

OS DISCURSOS DO PAPA

Uma análise detalhada dos discursos revelará sua perspectiva teológica e pastoral comparando seu conteúdo com o que a Igreja vem ensinando desde o Concílio Vaticano II, Medellín, Puebla, as encíclicas dos dois últimos Papas e documentos episcopais latino-americanos. Enquanto não temos tal análise, ficamos nas primeiras impressões. Parece que os discursos pronunciados na Nicarágua — os protocolares discursos de saudação e despedida, o discurso sobre a educação cristã e a homilia sobre a Unidade da Igreja — não trouxeram uma luz para a nova realidade nicaraguense. Estão calçados sobre a oposição entre Igreja e mundo, sendo aquela a portadora do verdadeiro humanismo, da verdade total sobre o homem, enquanto o mundo é visto com suspeição e reservas, tendente, na melhor das hipóteses, a um humanismo falho senão materialista. Parece que esses discursos recuam para uma base teológica anterior ao Concílio Vaticano II, base que oferece talvez um espaço de segurança, de tranqüilidade, de certezas absolutas, mas que não corresponde às necessidades dos cristãos que estão construindo um novo tipo de sociedade e enfrentam dificuldades e desafios historicamente originais.

Justamente porque foram pronunciados na Nicarágua e a ela especificamente destinados, esses discursos deixaram em realce suas lacunas e omissões. Não mencionam nem uma vez a opção preferencial pelos pobres; a Igreja aparece como “família de Deus” mas não como “Povo de Deus”; em todo o discurso sobre a educação não se faz referência à campanha nacional de alfabetização que é uma das maiores glórias do povo; nem ao menos se faz alusão aos agentes leigos de pastoral — ministros da Palavra, catequistas, animadores de comunidade — embora sejam eles um sinal da vitalidade dessa Igreja. E outras omissões poderiam ser enumeradas, mas basta mencionar as duas mais importantes: o Papa não falou da paz, nem dos mortos. E estas duas omissões atingiram profundamente o povo, provocando nele uma reação emocional muito forte.

A REAÇÃO DO POVO

Parece que poucos entendiam o que era dito na homilia sobre a Unidade da Igreja. Embora o Papa falasse claramente, as frases longas e a maneira pausada de falar dificultavam a compreensão do seu sentido global. Sintoma disso é que o primeiro aplauso geral ao Papa foi quando ele referiu-se à “amada Terra da Nicarágua, tão provada, tão heróica diante das calamidades naturais”. A multidão aplaudiu quando ele pronunciou a palavra “heróica”, antes que explicitasse que falava do heroísmo diante das calamidades naturais. Mais sintomático ainda foi o aplauso geral quando falou da “Igreja Popular”. Não percebendo que se tratava de uma condenação, muitos acrescentaram aos aplausos “queremos uma Igreja do lado dos pobres”. Além dessa dificuldade natural havia outra: a homilia parecia dirigir-se aos bispos e padres, pois tratava de teologia. Ao povo simples, que vive sua fé cristã sem nunca ter estudado teologia, o discurso soava como uma questão a ser resolvida entre especialistas. O significado dos termos teológicos certamente escapava à compreensão da grande massa de fiéis.

Isto não significa, porém, que o povo aglomerado na Praça 19 de Julho não estivesse entendendo o que o Papa dizia. Talvez lhe escapassem os conceitos teológicos e o sentido global das frases: mas percebia-se, pelo tom de voz, que o papa estava repreendendo os cristãos sandinistas, mesmo não tendo usado essas palavras. Isto porque o Papa não saudou os membros da Junta de Governo e da Frente Sandinista ao chegar ao palanque (a saudação havia sido feita pela manhã, no aeroporto, mas a maioria não a viu porque estava então se reunindo nos bairros ou já a caminho da praça). Esta impressão era reforçada pelo breve discurso de D. Obando (arcebispo de Manágua, que faz oposição à Frente Sandinista), o qual fez um paralelo entre a visita de João Paulo II à Nicarágua e a visita de João XXIII a um presídio italiano. Enfim o quadro ficou nítido devido ao entusiasmo manifestado pelos grupos de gente de nível sócio-econômico mais alto — que se pode reconhecer pela pele clara, roupas de qualidade, muitos com chapéu branco-amarelo sabidamente contrário ao processo revolucionário. Nesse momento, o povo começou a insistir para que o Papa falasse também dos seus problemas, que falasse da paz nas fronteiras e dos mortos. Aí desempenharam papel importante as mães dos heróis e mártires, que estavam perto do altar e não contiveram sua irritação diante do esquecimento dos seus filhos.

Os gritos de “queremos paz” eram tão fortes que num dado momento o Papa interrompeu o discurso para dizer, com voz zangada “A Igreja é a primeira a querer a paz”. Mas não era essa afirmação genérica que o povo esperava: queria uma manifestação contra as invasões das fronteiras, causadoras de tantas mortes, e por isso insistiu com seu clamor. O Papa impacientou-se e gritou: “Silêncio!” Neste momento morreu a esperança de que a visita fosse uma ocasião de diálogo entre o Papa e o Povo. A homilia preparada em Roma foi lida até o fim, sem levar em conta os gritos das mulheres e de uma grande parte da multidão, sendo por outro lado vivamente aplaudido pelos que se vestiam de branco e amarelo.

Teria bastado um gesto — beijar uma das mães de mártires e heróis, abençoar os retratos dos caídos na fronteira, fazer uma prece por eles durante a Missa, dizer uma palavra de solidariedade aos esforços pela paz — destes que têm marcado as visitas de João Paulo II — para provavelmente reatar o diálogo. Mas não houve qualquer gesto assim. Nem ao menos se viu pela televisão o Papa tomando no colo uma criança como sempre faz. O povo nicaraguense sentiu-se ofendido, humilhado. Um povo que aprendeu a orgulhar-se do seu país após tantos anos como “republica do quintal americano”, não aceitou a atitude do Papa e expressou seu descontentamento gritando “poder popular” e “entre cristianismo e revolução não há contradição”, enquanto as mães continuavam clamando pelos filhos mortos.

A estas manifestações revolucionárias se opunham, no meio da multidão e na maior parte do palanque, as vozes que gritavam “O Papa, O Papa”. Agitando bandeiras branco — amarelas, os contra-revolucionários adotaram o Papa como seu símbolo, em oposição aos sandinistas. Inclusive podiam-se ouvir gritos de “viva Obando” e “viva Cristo-Rei”. Ficou evidente a divisão entre os cristãos contra-revolucionários e os cristãos revolucionários. Ao invés de sanar, a visita do Papa a agravou.

A Missa terminou apressadamente — estava prevista a distribuição da comunhão ao grande público, mas só comungou quem estava no palanque. Dado o descontrole emocional da multidão, foi sorte não ter surgido um choque sério, tudo se limitando a agressões verbais. Quando o Papa se retirou, muita gente chegou até o palanque para saudar a Direção da Frente Sandinista e pedir-lhes que fizessem um discurso, mas tudo terminou sem outras manifestações.

EFEITOS DA VISITA

É muito difícil fazer um balanço sereno logo após ter presenciado um acontecimento destes. As impressões estão ainda vivas e impedem uma avaliação fria. Entretanto, é certo que a multidão saiu triste e cabisbaixa da Praça 19 de Julho. Parecia torcida de time que perde a final do campeonato. Falavam de outras coisas, sem comentar o que se havia passado, ou ficavam em silêncio. Podem-se constatar, porém, três grandes reações:

- os cristãos revolucionários estavam indignados por ter-se adotado o Papa para a contra-revolução. O fato do Papa, logo ao chegar no aeroporto, ter falado da Nicarágua como “Terra de lagos e vulcões” (expressão retomada depois por D. Obando em seu discurso), foi simbólica. Com efeito, toda propaganda oficial é de Nicarágua “Terra de Sandino”, ou “Nicarágua Livre”, pois as lutas pela liberdade ceifaram mais vidas do que os vulcões e terremotos. A oposição simbólica ficou clara: o Papa de um lado, a Frente Sandinista de outro. Ainda no momento da despedida o coordenador da Junta de Governo Daniel Ortega — falou de improviso pedindo mais uma vez a solidariedade dos cristãos em apoio aos esforços de paz, afirmando que a Nicarágua quer a paz para viver, e não para ser forte e enriquecer-se. Seu discurso, pequeno mas emocionado e emocionante, poderia dar ensejo a uma resposta conciliatória. Mas esta foi fria e protocolar. Neste sentido a visita foi decepcionante para os cristãos comprometidos com o projeto revolucionário;

- os grupos contra-revolucionários, cujo porta-voz é o diário “La Prensa”, pareciam, ao contrário, muito contentes. A visita do Papa está sendo encarada como um reforço para a sua causa. Agora têm um símbolo para oporem aos símbolos sandinistas, e dispõem de um discurso apto a combater os cristãos revolucionários com o argumento da autoridade máxima da Igreja Católica.

A Igreja da Nicarágua está pois mais dividida do que antes. O povo não respondeu ao apelo do Papa em favor da unidade da Igreja, e o Papa não respondeu ao apelo do povo em favor da paz na fronteira. Será preciso esperar acalmarem-se os ânimos antes que seja possível reatar o diálogo entre uma grande parte do povo católico nicaraguense e o Papa.

Manágua, 6 de Março de 1983

Pedro de Oliveira é sociólogo, professor da PUC-Rio de Janeiro. Trabalha no CERIS. Dirige o Departamento de Pesquisas do ISER.

A VIAGEM DO PAPA PELA AMÉRICA CENTRAL

F. Benjamin de Souza Netto

A visita do Papa João Paulo II à América Central se processou num clima de graves conflitos políticos e acabou por imergir nestes como num Batismo de Fogo. As análises que a Imprensa fez da situação da América Central e, em seguida, da própria visita, deixaram transparecer claramente que problemas poderiam tornar-se pedras de tropeço e, em seguida, assinalaram quais foram, a seu ver, estes mesmos tropeços. Não deixou ela de detectar, também, quais as expectativas com que, em cada país e situação, era a visita esperada, reconhecendo-se, evidentemente, o direito de formular as suas próprias. Ora, não foram tais expectativas estranhas às interpretações dadas aos pronunciamentos papais: ao contrário, elas dirigiram e induziram, com a força quase de uma verdadeira necessidade, o diagnóstico feito sobre o teor político dos discursos do Pontífice e, conseqüentemente, ditaram os prognósticos que foi possível arriscar.

A POSIÇÃO DO PAPA E A DIVISÃO DA IGREJA

As linhas que seguem têm por objetivo partir de uma consideração destas expectativas, para, em seguida, esboçar o seu próprio diagnóstico e consecutivo prognóstico. Um e outro, sem dúvida, só podem ser provisórios até que seja dado à luz o inteiro teor dos pronunciamentos de João Paulo II.

As expectativas acima aludidas disseram respeito, acima de tudo, a duas questões que se consideravam decisivas. A primeira era a questão política: perguntava-se qual seria a posição do Papa ao se colocar face a face com uma Região cujas tensões e extrema miséria são os frutos próprios da opressão capitalista. A expectativa era a de um verdadeiro julgamento. A segunda questão era mais particular: se referia à divisão das Igrejas e à radicalização das posições entre a Igreja Popular e progressista e os setores, entre conservadores e reacionários, que detinham, via de regra, o poder hierárquico. Ganhar o apoio do Papa era, então, muito mais do que um objetivo estratégico.

Ora, o erro comum dos observadores foi, neste particular, o de haver, cada um segundo seus próprios pressupostos políticos, previsto e, depois, interpretado sem levar em consideração o exato teor das relações entre o Papa e as hierarquias locais, bem como a sua posição de Supremo



Luis Trimano

Hierarca. Em razão desta última, toda a palavra que descesse dos princípios e dos juízos concernentes às estruturas e situações e atingisse pessoas, seria, para a ideologia em vigor na Igreja, um julgamento em última instância e nesse sentido, irrecorrível.

Esta consideração tem um valor geral, mesmo quando um pronunciamento papal não tem lugar ao termo de um Processo formalmente instruído: a sua palavra pode bloquear uma experiência de Igreja ou orientá-la em determinada direção. Sem dúvida, pode-se alegar que, hoje, amplos setores da Igreja Católica já não pensam assim: todavia, os preparativos da Visita, e durante esta, o empenho em ganhar o apoio do Papa, revelam que, mesmo para estes setores, é ainda cedo para se pensar uma outra relação política.

Um outro fator a considerar é o seguinte: as recentes experiências de Igreja são, certamente, um desafio para a

Eclesiologia, mas esta, sob a forma do Discurso oficial, não assimilou ainda alguns de seus elementos e, se aparenta haver incorporado alguns outros, o faz ainda sob a égide e no contexto da Teologia tridentina, certamente revista e aprimorada desde o Vaticano II. Ora, nesta, mesmo sob as formas as mais recentes, a unidade representada pelo ministério do Papa, prevalece sobre a Colegialidade.

O alegado conservadorismo doutrinal de João Paulo II não é exclusividade sua.

O BEIJO NO SOLO

Estas duas considerações são dois pontos mínimos de referência sem os quais qualquer diagnóstico e prognóstico apresenta o risco de refletir a perspectiva do intérprete e só raramente deixa de incorrer neste risco. É no horizonte constituído por uma Eclesiologia e por uma Teologia do Político para as quais cabe ao Papa julgar em matéria de dogmática e ética com uma autoridade e uma competência que se impõem e todos os fiéis e a toda a hierarquia, que se pode entender o teor dos seus pronunciamentos, desde o caráter entre genérico e específico de seus juízos de valor, até o que foi deixado implícito ou mesmo permaneceu ambíguo.

Aqui, porque a falta do inteiro teor dos discursos torna inviável uma interpretação mais acabada, cabe adiantar alguma coisa sobre os momentos maiores da Visita. E é proveitoso começar pela consideração de um simples gesto, o beijo que, invariavelmente, João Paulo II dá no solo de cada país que visita, no momento em que o pisa pela primeira vez. Sem dúvida, este gesto pode ser interpretado como um sinal de carinho ou de respeito reverencial. Mas, seria só isto? Dificilmente. Em verdade, trata-se de um ósculo ritual prescrito no ato de ingresso de um Bispo na nova Diocese para a qual foi eleito. Mais precisamente, trata-se de um rito sponsalício ou matrimonial, que define os termos de uma relação, determinando o que compete a quem e o quanto lhe compete. Nesse sentido, ao beijar o solo de um país, o Papa reafirma a relação hierárquica inerente a seu munus. É a outra face, menos manifesta mas muito mais efetiva, da Teologia da Colegialidade, tal foi esta formulada desde o Vaticano II. Na comum solidariedade episcopal, não subsiste menos forte a unidade e pode mesmo assumir formas mais eficazes porque mais manifestas a um nível institucional e, por isso mesmo, reivindicáveis no tempo oportuno.

DISCURSO GENÉRICO, MAS GESTOS SIMBÓLICOS

A interpretação do gesto ritual até aqui considerado é apenas um exemplo, mas projeta uma certa luz que ilumina algumas palavras e atos do Pontífice. No que diz respeito a palavras, pode-se dizer que o teor genérico de muitos pronunciamentos causa estranheza, quando não decepção. Ora, a visão de Igreja, acima esboçada e identificada como oficial, exigia a adoção de um discurso o quanto possível

genérico, para que determinadas questões não recebessem uma solução extemporânea. Isto vale especialmente para questões e problemas em que o político e o pastoral têm limites quase indiscerníveis. Assim, denunciar a situação de injustiça e de opressão em que vive a população dos países visitados, era algo que cabia fazer de forma explícita, mas descer ao específico e mais ainda, a responsabilidades pessoais determinadas, no discernimento de suas causas, representaria, na visão que o Papa tem de seu munus e que não se cansa de proclamar, pronunciar um juízo em última instância sobre pessoas, instituições e sistemas. Com efeito, era isto que estava em questão, o que levou o Papa a preferir denunciar a vigência de uma situação obviamente dolosa e fixar alguns princípios já consagrados e, às vezes, de modo mais explícito, nos magistérios de João XXIII e Paulo VI. Bem entendidas, nada em suas palavras soou totalmente novo: a advertência contra o que chamou de compromissos ideológicos inaceitáveis, a condenação do egoísmo dos ricos e da violência professada de todo o tipo, certas considerações de natureza ética ou jurídica, tudo fez ressoar no tenso clima da América Central a tônica e a dominante de seu magistério. E o mesmo pode ser dito do tratamento dado aos Bispos e Chefes de Estado, para falar apenas das relações protocolares mais importantes. Em todos os casos, decisões de caráter definitório ficam para o tempo, o espaço e o foro oportuno, segundo a milenar política dos Papas.

No atual estado das informações, são mais dignos de nota certos gestos simbólicos como a Visita à Catedral de El Salvador e a Oração junto ao Túmulo de D. Romero. É, até agora, o ato de solidariedade mais manifesto para com o Bispo assassinado, que se pode detectar no comportamento do Papa. Pode parecer pouco, mas deixa claro qual é, para ele, a opção prioritária, se se tratar de decidir-se entre um Governo e um Bispo.

Estas considerações permitem uma conclusão, certamente, mas esta deve ser sóbria como as suas premissas. Um só diagnóstico, por enquanto, é possível: no que concerne às relações internas das Igrejas, a Eclesiologia do Papa permanece a mesma de todo o seu pontificado; no que concerne às relações políticas, continuam estas a medir-se segundo um tempo próprio, o de uma Instituição que se reconhece duas vezes milenar e cujas relações com o Estado moderno preferem pautar-se por termos de concordata e não de aliança. Donde um prognóstico, futurível como o são todos, que, de um lado, pode discernir um longo e difícil confronto entre as reivindicações das Igrejas locais o centralismo romano e, de outro, prevê, para a Igreja, uma política internacional assinalada por um não comprometimento com sistemas, tal a que se travou com os países do Este Europeu. E o resultado final de tudo isto dependerá mais da dialética da quantidade e da qualidade do que da boa vontade e da firmeza das partes.

Benjamin de Souza Neto. Beneditino. Professor de Filosofia.
Assessor teológico do CEDI.

DAR A VIDA POR SEUS AMIGOS

Monsenhor Germán Schmitz

“Deus passou por El Salvador com Monsenhor Romero.” Esta afirmação é verdadeira por diversos motivos; e é verdadeira acima de tudo, porque, com Monsenhor Romero, fez-se presente no país a misericórdia, o amor e a justiça de Deus.

Homilia pregada na Catedral de Lima, em 24 de março de 1981, no primeiro aniversário do assassinato de Monsenhor Romero.



Lourdes Grzybowski

INTRODUÇÃO

No primeiro aniversário do assassinato de Monsenhor Oscar Arnulfo Romero, arcebispo de San Salvador, a fé, a esperança e a caridade nos reuniram em volta do altar-mor de nossa basílica catedral para renovar o Sacrifício Redentor de Cristo e a sua Ressurreição triunfal sobre o pecado e a morte: o Ministério Pascal, a partir do qual, toda morte tem o seu significado mais profundo e a sua projeção mais gloriosa.

O próprio Monsenhor Romero numa das últimas intervenções de sua vida proclamou a íntima vinculação de sua possível morte com o Mistério Pascal

de Cristo: “Tenho sido freqüentemente ameaçado de morte. Devo dizer-lhes que, como cristão, não creio em morte sem ressurreição... Como pastor, sou obrigado, por mandamento divino, a dar a vida por aqueles a quem amo, que são todos os salvadorenhos, mesmo por aqueles que venham a assassinar-me. Se vierem a cumprir-se as ameaças, ofereço, desde agora, o meu sangue pela ressurreição de El Salvador.”

Estas palavras de Monsenhor Romero são como o emergir da corrente pascal que corre na profundidade da história desde o instante da Morte e Ressurreição de Cristo e que interpenetrou a vida e a sociedade dos homens com o ineludível dinamismo de ter que morrer a fim de ressuscitar para uma nova vida, de ter que passar pela cruz a fim de chegar à luz. Estas palavras de Monsenhor Romero inspiram a atitude com que devemos participar na comemoração de seu testemunho sangrento.

1. “NÃO HÁ AMOR MAIOR QUE ESTE: DAR A VIDA POR SEUS AMIGOS”

Este versículo do Evangelho de João caracteriza a morte de Jesus na cruz, porque ele veio “para dar a sua vida como resgate pela salvação de todos” (Mt20.28). O mesmo versículo caracteriza também a morte de todos os fiéis seguidores de Cristo, os quais, como Monsenhor Romero e tantos outros sacerdotes, religiosos e leigos, viveram na América Latina as exigências do Evangelho até o derramamento de seu sangue.

Todos eles “deram a vida por seus amigos”, amigos que são os prediletos

de Deus: os pobres, os marginalizados, os oprimidos.

Este versículo do Evangelho oferece uma dupla perspectiva: “dar a vida aos amigos”; “dar a vida pelos amigos”. Duas perspectivas intimamente ligadas entre si, as quais tentaremos aprofundar agora, inspirando-nos nas homilias e intervenções de Monsenhor Romero.

2. “DAR A VIDA A SEUS AMIGOS”

Com a entrega da vida aos pobres, Monsenhor Romero nada mais fez que integrar-se na corrente do amor universal de Deus a qual se derrama em predileção pelos filhos mais necessitados e discriminados. Precisamente porque deseja salvar a todos, Deus manifesta a sua predileção por aqueles que a sociedade deixa à margem de uma autêntica comunhão e de uma real participação, criando barreiras e abismos em todos os campos da existência humana: no político e econômico, no social e cultural, e até no religioso.

Com a doação da vida aos pobres, Monsenhor Romero fez-se conscientemente a voz dos “sem-voz”, o denunciador incansável de toda opressão e repressão, o baluarte protetor dos fracos contra a violência de qualquer lado que viesse, o defensor imperturbável da dignidade daqueles a quem a sociedade marginaliza e oprime, porém aos quais Deus enriquece com a indizível grandeza de serem seus filhos.

Porque entregou a sua vida aos pobres, lutou pela libertação completa deles. Foi precisamente este tema que desenvolveu na sua última homilia —



“Como pastor, sou obrigado, por mandamento divino, a dar a vida...”

testemunho a seu povo —, na Igreja Catedral, poucos dias antes de ser assassinado.

Nessa homilia como nas demais, Monsenhor Romero se manifesta como “Pastor”; a sua presença em situações dolorosas e conflituosas, pelas quais passa o seu povo, é nitidamente evangélica: com a luz da Palavra de Deus ele ilumina e esclarece as interpelações de Deus nas situações históricas; a força da Palavra de Deus impulsiona-o a denunciar toda injustiça, e a esperança desta mesma Palavra ajuda-o a denunciar os caminhos da libertação integral como projeto divino através das etapas da história.

Neste projeto divino de libertação integral, ele descobre características inapagáveis que não podem ser omitidas sem o perigo de desvirtuar o projeto mesmo: O primeiro que urge libertar é a pessoa, — “todo homem e todos os homens” — reconhecendo nela toda a dignidade que o seu Criador e Redentor lhe tem dado: “imagem e semelhança de Deus”, filiação ao Pai por Jesus Cristo.

Para que brilhe em todo o seu esplendor tal dignidade de filho de Deus e de irmão de Cristo deve-se principiar pelo humilde e sincero reconhecimento do pecado na própria vida, a fim de superá-lo por meio da Graça; o pecado pessoal como base do grande pecado social. Daí o seu insistente apelo à conversão pessoal, como eco do chamado de Cristo: a pessoa antes de tudo!

E conclui afirmando: Esta é a base de nossa sociologia, a qual aprendemos de Cristo no seu Evangelho: é ao homem, antes de tudo, a quem é preciso

salvar, e o pecado pessoal é o primeiro que precisamos consertar... Falsos libertadores são aqueles que têm a alma escrava do pecado e fazem proclamações; e por isso, muitas vezes, são tão cruéis, porque não sabem amar nem respeitar a pessoa humana.”

Porém, com a mesma insistência com que Monsenhor Romero defende a dignidade da pessoa humana para uma autêntica libertação, também proclama que “Deus quer aos homens como povo, a todo o povo na história concreta em que vive”.

a) O Povo de Deus, em seu núcleo mais vital constituído pelos que crêem em Cristo, que desejam segui-lo fielmente, assumindo solidariamente as exigências do ensino do Evangelho, e que se alimenta de sua vida e de seus sacramentos, em torno de seus pastores, esse Povo, repito, se vai sucedendo na história, vivendo em cada etapa a sua própria libertação, guiado por Deus que deseja salvar fazendo nova a história e tendo firmemente arraigada na alma a fé em Jesus Cristo, o Deus da história; esse sim, não muda...

b) Para garantir a sua autonomia e o seu julgamento crítico sobre os projetos históricos, a Igreja, Povo de Deus na história, não se instala em nenhum sistema social, em nenhuma organização política, em nenhum partido. A Igreja não se deixa aprisionar por nenhuma dessas forças, porque ela é a eterna peregrina da história e vai assinalando em todos os momentos históricos, aquilo que, de fato, revela e o que não revela o Reino de Deus. Ela é serva do Reino de Deus. Por isso, o grande trabalho dos cristãos tem que ser empanturrar-se do Reino de Deus e, a partir da alma empanturrada do Reino de Deus, trabalhar também os projetos da história.

c) Porque focaliza a pessoa humana integrada no “povo”, Monsenhor Romero projeta sobre este (o povo) a dignidade que reconhece aquela. Todo povo, por pequeno que seja e por “davidico” que pareça ao lado dos poderosos “Golias”, tem o direito inalienável a determinar, por si mesmo, com toda a liberdade, a sua própria história. A humanidade jamais poderá viver o projeto de libertação integral que o Senhor da história lhe tem proposto, enquanto povos, de qualquer que seja o continente, forem

cruelmente manipulados por interesses ideológicos, geopolíticos, militares ou econômicos, e forem “tritutados” implacavelmente entre as “mós” dos propulsores de tais interesses. Por outro lado, um povo em autêntico processo de maturação por meio da presença de forças vivas em seu interior, saberá encontrar a comunhão e a participação internas, integrando-se no autêntico bem comum de toda a humanidade.



...por aqueles a quem amo, que são todos os salvadorenhos...

d) Por isso, Monsenhor Romero denuncia a repressão e a violência no meio de seu povo, como também qualquer intervenção de fora sobre o seu povo. Desta forma alista-se nas fileiras de todos aqueles que, em qualquer latitude do orbe, a partir de sua fé, inspiraram e continuam inspirando, de dentro para fora, os projetos históricos através de uma justiça que, de fato seja para *todos*, com um amor que circule afetiva e efetivamente entre *todos*, com uma paz que reine autenticamente em e sobre *todos*, e denunciando toda intervenção manipuladora de fora.

Embora a perspectiva imanente de libertar a pessoa humana integrada no “povo” na história seja ineludível para o projeto divino de salvação, contudo é a perspectiva transcendente que fornece à libertação a sua dimensão definitiva.

Toda a solução histórica que deseje ser verdadeira tem que encaixar-se no projeto definitivo de Deus que brilha desde “além da história”, a eternidade. Na medida em que os projetos históricos tentam refletir o projeto

eterno de Deus, nessa medida mesma se vão fazendo reflexo do Reino de Deus.

Por isso, para o Cristão, o projeto libertador:

- deve reconhecer a iniciativa de Deus para libertar. Esta consciência exige intenso espírito de oração, de vinculação íntima com o Senhor, o que nos facilita contemplar a ação de Deus na história;
- deve descobrir o pecado como a raiz comum de todos os males, de todas as escravidões e opressões, como ruptura com Deus e com os homens. Por isso, somente homens de fé que vão até o mais íntimo a fim de restabelecerem a sua vinculação com Deus e com os homens na graça, podem realizar libertações definitivas e sólidas;
- deve enraizar-se numa fé muito profunda em Jesus Cristo, o Senhor que nos faz participar da “nova vida”, a qual nos assegura a “liberdade dos filhos de Deus”.



...mesmo por aqueles que venham a assassinar-me. Se vierem a cumprir as ameaças...

Porque Monsenhor Romero “deu sua vida aos pobres” para realizar com eles o projeto divino da libertação integral, por isso fez de sua vida uma realidade e proclamou com sua palavra a ineludível bem-aventurança da pobreza: pobreza evangélica *como denúncia divina* da situação de carência material, política, social e cultural na qual vive o povo marginalizado e oprimido, e que é contrária ao projeto divino de uma família de filhos de

Deus e irmãos em Cristo; pobreza evangélica *como um espírito* que precisa *animar* a todo cristão como fiel seguidor do Cristo pobre, com uma atitude de entrega incondicional e de plena disponibilidade diante do Senhor a favor dos homens como irmãos; pobreza evangélica *como compromisso de fé* de viver intensamente a espiritualidade e a doação aos pobres em grupos organizados e em movimentos políticos que procurem realizar os seus projetos históricos a favor do bem comum de todos.

Porém, como Pastor que ama a todo o seu rebanho, embora preferindo evangelicamente os pobres e oprimidos, Monsenhor Romero não esquece os demais: com uma persistência incansável vai repetindo através dos anos o chamado à *Conversão*, convidando a todos, sem exceção, a viverem a plenitude das exigências do Evangelho. Tal Conversão deve culminar numa profunda *Reconciliação* que não pode acobertar injustiças, antes eliminá-las: como a injusta distribuição dos bens, a repressão, a violência, de qualquer lado em busca de soluções. O apelo à Conversão e à Reconciliação, Monsenhor Romero o faz a partir da situação concreta dos Pobres e Oprimidos, porém iluminado pela Palavra de Deus que faz com que se descubra nela as interpelações exigentes e urgentes do Evangelho vivido concretamente nas situações sócio-culturais.

3. “DAR A VIDA PELOS SEUS AMIGOS”

Porque Monsenhor Romero deu sua vida evangelicamente aos pobres, na história concreta de seu povo, teve que dar a sua vida *pelos* seus amigos, os Pobres.

As denúncias de estruturas injustas que erguem barreiras de marginalização e aprofundam brechas de separação; e o anúncio evangélico do projeto divino de libertação para cada homem e para todos os homens, sempre que se traduzam em palavras claras e se façam vida na pessoa do Profeta, apesar de estarem inspirados no amor universal a todos os homens e seguidos do apelo insistente à Conversão a Deus, a seu Reino e pelo chamado à Reconciliação, despertam a oposição na maioria daqueles que teriam de res-

o desprendimento generoso de seus bens e de seus privilégios. Uma oposição assim cunsubstanciou-se, em nosso Continente, de diversas maneiras: pela difamação, pela perseguição, cárcere, tortura, expulsão, e, por fim, pelo assassinato. Foi este o caso de Monsenhor Romero e de tantos irmãos e irmãs que selaram “a entrega de sua vida aos pobres” com “a entrega de sua vida *pelos pobres*”: o testemunho do sangue.

Com esta “doação de sua vida pelos amigos” se nos revelaram os limites até onde devem chegar os nossos esforços para criar uma sociedade nova: humana e cristã, justa e solidária, “cordial” e “estrutural”, promotora da dignidade de filhos de Deus e das relações de irmãos em Cristo. Diante de “testemunhas” da fé, da esperança e do amor dispostas a oferecer até o sangue para tornar realidade o projeto divino de libertação integral da pessoa e dos povos, qualquer outro sacrifício parece pequeno.



...ofereço, desde agora, o meu sangue pela ressurreição de El Salvador.”

4. CONCLUSÃO

Quero terminar parafraseando uma idéia do Santo Padre João Paulo II na sua homilia por ocasião da beatificação dos mártires das Filipinas. Sirva esta frase de epitáfio luminoso para as “testemunhas de sangue” do nosso Continente, e de apelo urgente para nós que ficamos: “*Morrer* pela fé, pela esperança e pelo amor é, para alguns, um dom: *viver* a fé, a esperança e o amor é um apelo a todos”.

Jesus Cristo: vocação comprometida com o Reino

Conferência proferida na abertura da Assembléia Constitutiva do CLAI (Conselho Latino-Americano de Igrejas), em Lima, Peru (novembro, 82). A palestra — tema da Assembléia — teve como subtítulo: “À procura de uma interpretação do CLAI”. O autor é argentino, metodista e teólogo.

Em vão procuraremos em nossas “concordâncias” bíblicas, a palavra “compromisso” em torno da qual tem girado a preparação desta Assembléia. A idéia, no entanto, está constantemente presente, expressa em palavras ou frases tais como “promessa” e “prometer”, “entregar-se”, “consagrar-se” ou “dedicar”, “dar uma prova de lealdade”. Contudo é especialmente a idéia fundamental e decisiva de “aliança” ou “pacto” a que pode ajudar-nos a entender melhor o que queremos significar por “compromisso”. Nessa palavra se resume toda a relação de Deus, criador e redentor, com os homens, a soberania e a graça, a obrigação e a promessa.

Essa palavra liga indissolivelmente o Antigo e o Novo Testamentos e nos permite compreender o que significa ser “povo da nova aliança” — Igreja de Jesus Cristo! Ela indica ao mesmo tempo, nossa dependência do Senhor e nossa amizade com ele. Ela nos separa do mundo e nos ata ao mundo. E é por tudo isso que se mede, por ela, a imensidade do pecado que a quebranta. Assim sendo, convidado-os a refletir sobre o que viemos fazer aqui, sobre o significado desta Assembléia, em termos de *uma aliança, de um pacto*.

Os estudos cuidadosos que se fizeram sobre o conceito do pacto em Israel ensinam-nos várias coisas importantes. A primeira e fundamental é que, quando a Bíblia fala do pacto de Deus com os homens não se refere a uma aliança entre iguais, a uma espécie de concerto amistoso entre sócios colocados em pé de igualdade. É uma aliança de desiguais: Deus oferece essa relação. Ele a estabelece e a determina porque antes do pacto e nele, continua sendo o Senhor. Certo é que reclama uma “decisão” do homem — seja a do indivíduo ou a do povo. O homem tem que assumir essa relação e é um compromisso que envolve a totalidade da vida: o coração, as forças, a mente. Essa decisão porém, é uma “resposta”, é aceitação de um convite, gratuitamente oferecido. Uma aceitação porém, que por sua vez, acarreta obrigações e responsabilidades, as quais, desde esse instante, constituirão a medida do juízo a que o membro do pacto se submete. É essa a natureza da nossa aliança. Não é uma simples convocação de um grupo de Igrejas, uma negociação entre solicitudes eclesiais. É um chamado do Senhor. E é ele a quem respondemos.

Ele é quem convoca e convida. É ele o Senhor do pacto e nosso compromisso é com ele.

Jesus Cristo é o senhor e é o conteúdo do pacto

Se Jesus Cristo é quem convoca, Ele é também o que dá conteúdo à nossa aliança. O que ele oferece e o que pede não é diferente de sua própria missão. Jesus Cristo não pede hoje a nós outra coisa senão aquilo que pediu a seus discípulos. Seu propósito não variou: é o propósito manifestado em seu nascimento, em sua vida, morte e ressurreição. Por isso a resposta a Jesus Cristo só pode ser um compromisso total com o Reino de Deus.

A pregação e a vida das Igrejas evangélicas latino-americanas têm sido profundamente cristocêntricas. Temos mantido o lugar central de Jesus Cristo, fundamento e pedra de toque de nossa fé, tanto diante das formas religiosas semimágicas ou supersticiosas, como também ante certas expressões católicas ou ainda, diante do humanismo liberal. Deveremos, contudo, perguntar-nos se temos sido “plenamente cristocêntricos”. Não temos desprendido artificialmente a obra redentora de Cristo na cruz, do propósito criador de Deus e por essa razão da vida do mundo, deste mundo material que Deus criou e que achou “que era bom”? Não temos isolado a cruz de Cristo de sua vida — do anúncio de boas novas aos pobres, de seu chamado à justiça do Reino, de sua denúncia da corrupção, da avareza, da opressão, de sua preocupação pelo pão e pela saúde dos homens? Não temos separado artificialmente a decisão de fé, que sela o destino eterno dos homens, da decisão de fé — a mesma e única — que se compromete com esta vida, com a obediência quotidiana à mensagem e à ação de Jesus Cristo no mundo? E disso não resultou, com frequência, uma vida cristã empobrecida, ausente da realidade, descomprometida com o próximo — especialmente com o próximo mais necessitado — infeccionada por um individualismo, por uma espécie de egoísmo “espiritual” que contradiz abertamente “o novo mandamento” de Jesus? Nosso problema de evangélicos latino-americanos não é ter sido demasiadamente bíblicos, demasiadamente cristocêntricos, demasiadamente evangelizadores mas sim, de o termos sido insuficientemente, por nossa cristologia empobrecida, por nosso uso seletivo da Bíblia, por nossa estreiteza do Evangelho. Ao renovar hoje o pacto com Jesus Cristo, façamo-lo na plenitude do que ele nos

Nosso problema de evangélicos latino-americanos não é ter sido demasiadamente bíblicos, demasiadamente cristocêntricos, demasiadamente evangelizadores, mas sim, de o termos sido insuficientemente, por nossa cristologia empobrecida, por nosso uso relativo da Bíblia, por nossa estreiteza do Evangelho.

oferece — seu Reino — e do que ele nos pede um disciplinado total.

Mas há mais ainda! Jesus Cristo, O Senhor do Pacto, é o Senhor vivo, maior que nossas idéias teológicas e que nossas definições doutrinárias. Não somente é o que veio uma vez em Belém e o que há de vir em glória para estabelecer definitivamente seu Reino, mas também é o que vem constantemente, no poder do Espírito, é o que está agindo no mundo: o Senhor, a cuja coberania sobre todas as coisas se resiste mas, que ninguém pode anular ou desvirtuar.

Como “discernir” esta presença de Jesus Cristo no mundo hoje de modo a segui-lo, de inserir nossa vida e a de nossas Igrejas em sua obra de “remar” na direção de seu propósito em meio aos remansos e às contra-correntes de nossa história e de nossa vida concreta nesta terra e neste tempo?

Jesus mesmo disse que o Espírito “tomaria o seu” e no-lo daria a conhecer. Para discernir sua vontade “hoje”, temos que nos familiarizar com sua voz, com a mesma intensidade com que ela ressoa nas páginas do Evangelho. Seus temas de ontem — O Reino, a Justiça, a Liberdade dos pobres, a vida, o amor solidário que se dá — são seus temas de hoje. Quando a comunidade cristã se deixa penetrar por essa voz, até que a própria voz da Igreja seja o eco da de seu Senhor, vamos encontrando o caminho de um testemunho eficaz. Nosso pacto deixa de ser um compromisso formal ou declamatório para transformar-se em uma verdadeira sociedade; associamo-nos à vontade atual de Jesus Cristo e, então, a evangelização e a vida da Igreja adquirem uma atualidade que não provém da moda ou adaptação e sim da presença atual do Senhor vivo.

Nosso pacto é uma aliança com nossos irmãos

Estar com Jesus Cristo é estar com “os que são dele”. Ele deseja que os seus estejam unidos, que “sejam um”, que se vinculem num amor concreto e ativo que está disposto “a dar a sua vida por seus amigos”, que se sirvam mutuamente “como ele nos serviu” — não pode haver dúvidas sobre tudo isso. Somente por subterfúgio de má fé ou por cegueira culpável podemos justificar, diante dos claros e inconfundíveis ensinamentos do Evangelho, a separação, os conflitos e os sectarismos.

O único problema legítimo reside na frase “os que são dele”. Quais são os de Jesus Cristo e quais não são? Duas

frases, aparentemente contraditórias, de Jesus, apresentam-nos o problema: “Quem não é por mim é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha” (Mt 12.40). “Porque quem não é contra nós, é por nós” (Mc 9.38). Sem entrar em um estudo pormenorizado dessas palavras, duas coisas bem claras aparecem: uma, que existem aqueles que, ao negarem-se a reconhecer a presença e poder de Deus que realiza seu Reino por Jesus, colocaram-se “no caminho que está defronte” e não podem ser contados com os seus; a outra, que existem aqueles que diferem de nós porém pertencem igualmente a ele. Também são claros os dois erros em que podemos cair: uma falta de discernimento que apague a fronteira entre os que estão com Jesus e os que estão contra ele, entre os que “ajuntam” com ele e os que “espalham”, e um orgulho e exclusivismo que nos fazem afastar-nos de outros que também são de Jesus.

Quem olhar com certa atenção o panorama evangélico latino-americano, passado e presente, verá facilmente que o segundo tem sido o maior de nossos pecados. Temos sido e somos os evangélicos, um povo dividido, divisivo e fragmentado. Temos refletido, sem discernimento crítico, as divisões de outras partes e temos criado divisões próprias. E não podemos consolar-nos, pensando que são distinções inocentes que não prejudicam o testemunho, pois temos dado e continuamos a dar o espetáculo doloroso de conflitos, ciúmes, denúncias mútuas, agressões. Não basta dizer tão pouco, que são conflitos gerados fora da América Latina, por interesses e propaganda que nos são alheias. Embora seja isso certo, é também certo que nós, os latino-americanos, nos prestamos a isso, que nos deixamos seduzir por campanhas de denúncia mútua e, às vezes, pior ainda; deixamo-nos comprar por promessas de prestígio ou poder, por cálculos de conveniência e até por recursos materiais. Essas frases podem parecer ferinas mas, examinemos sinceramente nossa consciência e vejamos se correspondem ou não à realidade. Contudo, nunca faltam, graças a Deus, uma vontade de encontro, de unidade, de colaboração no povo evangélico latino-americano; vontade testemunhada pelas conferências evangélicas, pelo próprio empenho comum em chegar até essa diligência de hoje. Porém, uma vontade manifestada também quotidianamente, em nível local, em milhares de manifestações de solidariedade, de colaboração, de testemunho comum, de trabalho unido para o bem de outros.

Não há dúvida que existem reais diferenças entre nós: na interpretação do Evangelho, na ênfase de nossa missão, na concepção da unidade dos cristãos, para não falar de outras divisões nacionais, sociais, ideológicas que não só podem separar uns grupos de outros, mas que também per-

As diferenças subsistem, porém agora, nós as assumimos como tarefas. Comprometemo-nos a interrogar-nos uns aos outros lealmente, a desafiarmo-nos em nossa compreensão da mensagem e da missão que nos foram confiadas, mas isso o faremos como irmãos *dentro* da aliança que nos envolve em comum.

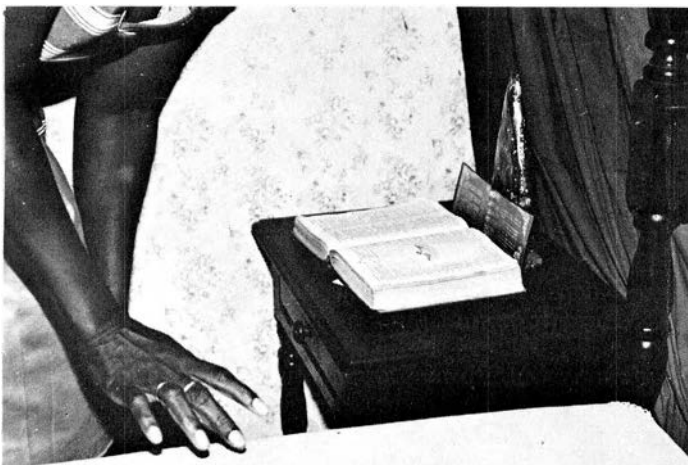
meiam todas as nossas Igrejas. Temos perguntas para nos fazer com toda seriedade. Uns querem perguntar a seus irmãos: não correm vocês o risco de rebaixar o Evangelho a um programa de renovação da sociedade, de apagar a transcendência, de minimizar a obra expiatória de Jesus Cristo, de privilegiar a ação em detrimento da fé? Outros gostariam de inverter a pergunta: vocês não estão barateando o Evangelho com uma graça, uma fé sem compromisso humano, um amor subjetivo e individualista, que desconhece a busca da justiça e as demandas concretas da solidariedade? Nossos irmãos católicos questionam a honestidade e boa fé de algumas formas de evangelização que lhes parecem simples proselitismo. E nós inquietamo-nos profundamente com a reativação do culto mariano, de formas a nosso ver, não evangélicas de religiosidade e de afirmações exclusivas de seu “direito” de moldar a fé do povo latino-americano.

Essas questões não são irrelevantes. Pode ser, inclusive, que em alguns casos adquiram tal gravidade que nos obriquem a traçar uma linha de demarcação em nossas relações, porém não nos eximem da busca da unidade que Cristo quis e quer para os seus. Este é, creio, o pacto que estamos assumindo nesta reunião. Não é a simples boa vontade de reunir-nos, de tolerar-nos mutuamente de maneira mais ou menos amável, de fazer-nos algumas concessões e de estabelecer algumas relações institucionais. Se Jesus Cristo é o Senhor da aliança, então nada menos que a *plena unidade* dos que pertencem a essa aliança pode ser nosso propósito. Ao recebê-lo como Senhor, recebemos aos seus como irmãos, como sócios em comum, como com-cidadãos de seu Reino. Melhor dito, quando ele nos faz seus, em seu pacto de graça, une-nos de maneira in-

quebrantável e irreversível. Não podemos renegar esta relação sem renegar ao mesmo tempo o Senhor.

As diferenças subsistem, porém agora, nós as assumimos como tarefas. Comprometemo-nos a interrogar-nos uns aos outros lealmente, a desafiar-nos em nossa compreensão da mensagem e da missão que nos foram confiadas, mas isso o faremos como irmãos *dentro* da aliança que nos envolve em comum. Isso significa também, comprometer-nos a nos deixarmos interrogar, a nos deixarmos desafiar e a nos deixarmos corrigir. Também não sabemos ainda a que formas concretas de unidade nos conduz o Senhor. Alguns crêem discernir um modelo de unidade; outros têm modelos diferentes. Seremos capazes de não pretender impor, de não fazer “chantagem” com nossos números, com nossa capacidade ou com nossos recursos, a fim de fazer prevalecer nossa concepção? E ao mesmo tempo, nos comprometemos a não procurar desculpas, a não defender interesses pequenos, a não nos deixarmos enganar por preocupações ou prestígio pessoais quando é claramente manifesto o que temos que fazer e o que temos que sacrificar para alcançar a unidade que o Espírito vai manifestando em nós?

Nos próximos dias discutiremos difíceis problemas de organização, de estruturas, de formas de trabalho, de modelos de cooperação, os quais por sua vez não vão se entrecruzar com diferenças de interpretação, discrepâncias teológicas e interpretações diferentes da realidade em que vivemos. Não estamos sendo chamados para renunciar a nossas convicções nem ocultá-las mas, se realmente afirmamos um pacto comum com o Senhor, somos chamados a tratar destes temas dentro da família da fé, no reconhe-



Lourdes Grzybowski

Deus fez aliança com a humanidade, renovou-a e a confirmou em Jesus Cristo. Para nós o eixo dessa universalidade passa por nosso Continente latino-americano. É a humanidade próxima, por meio da qual e na qual participamos na totalidade humana.

cimento dos irmãos, *debaixo da promessa comum, feita diante do Senhor, de permanecer juntos e de juntos buscaremos sua vontade.*

Nosso pacto é uma aliança com nossos povos latino-americanos

No ensino bíblico sobre a aliança de Deus com os homens há duas coisas que não devemos esquecer. Uma é a aliança universal. O capítulo nove de Gênesis, entre outros, descreve esta aliança com grande beleza e profundidade. Deus não renuncia a estabelecer um pacto - com Noé e os seus - com a humanidade caída. Continua a olhá-la como sua imagem e por isso continua amando, preservando e protegendo a vida do homem. Compromete-se a não destruí-la e pede aos homens que protejam a vida, essa vida “que clama a Deus desde a terra”. Por isso, guardou Deus seu “arco de guerra” sobre as nuvens e nunca mais fulminará o homem. Todos, em qualquer condição, foram incluídos, para sempre, no pacto de Deus com sua criação. É esse o horizonte no qual assumimos nosso pacto com o Senhor. A vinculação entre os dois pactos — o universal e o particular — está claramente estabelecida no chamado de Abraão: “e te abençoarei... Sê tu uma bênção... *em ti serão benditas todas as famílias da terra*” (Gn 12.2-3). Como povo da fé somos diferentes mas não isolados: nossa aliança com Deus inclui ineludivelmente o bem de todos os homens. O segundo elemento, que reforça o primeiro, tem a ver com a clássica menção de “testemunhas” na conclusão de toda aliança. Nas Escrituras, Deus chama “o céu e a terra por testemunhas”. Várias vezes os povos antigos são chamados como testemunhas da misericórdia de Deus para com Israel e da indelidade de Israel à aliança. Vivemos nossa relação com Deus “diante de testemunhas”, como um sinal desse Reino. As testemunhas têm direito de pedir-nos que sejamos fiéis ao propósito universal de amor, de justiça e de paz, com quem nós nos comprometemos.

Deus fez aliança com a humanidade, renovou-a e a confirmou em Jesus Cristo. Para nós o eixo dessa universalidade passa por nosso Continente latino-americano. É a humanidade próxima, por meio da qual e na qual participamos da totalidade humana. Aqui se mede nossa fidelidade ao pacto com Deus. E ela se mede na realidade concreta de nossos povos: em sua pobreza radical e estrutural, em sua dependência e opressão, em suas esperanças e valores, em sua necessidade de amor e sua necessidade de Cristo. E é precisamente na condição dos mais necessitados onde se põe à prova essa fidelidade. Os que estão, nas Escrituras, apartados como objeto do cuidado preferencial de Deus (e recomendados ao cuidado preferencial do crente), as viú-

vas, os órfãos, os pobres, os estrangeiros e mais, os marginalizados e desprotegidos são a grande maioria em nossa América Latina: os camponeses e os indígenas marginalizados e explorados, as crianças desnutridas, as massas impedidas de participar na vida e decisões de seus povos, os perseguidos por denunciar as situações de injustiça, os que foram reduzidos à importância em seus direitos, os condenados a uma morte prematura, os desocupados... e a lista se estende quase ao infinito. Eles são as “testemunhas” de nossa lealdade ao Deus da aliança.

Há duas palavras muito importantes na Escritura: *Um e todos*. Um é Deus, Jesus Cristo, o Reino. Todos são objeto de sua criação, de sua graça, de sua providência, de seu propósito redentor. Quem não escuta e obedece ao *Um* não saberá como servir a *Todos*. Mas aquele que se desentende com *Todos* — e especialmente com os que são marginalizados por muitos — não entendeu e nem responde fielmente ao *Um*. Nosso pacto com Jesus Cristo e com nossos irmãos na fé, não será válido se não nos responsabilizarmos por esses *Todos* a quem Deus ama, por esses todos que sofrem e lutam em nossas cidades. E se não nos responsabilizarmos pela plenitude de vida que Deus quis, então, a realidade de sua miséria material impede a sua busca de uma família humana, nova e mais justa, em sua necessidade do amor de Deus em Jesus Cristo.

Porventura somos capazes de entrar nesse pacto? Poderemos abarcar a imensidade das responsabilidades que assumimos? Compreenderemos bem o que isso significa? Poderemos superar nossas divergências para servir ao nosso povo como Deus quer? Poderemos criar os instrumentos institucionais necessários para tudo isso? Nossa história está marcada por fecundos intentos e também por fracassos dolorosos. A aliança de Deus se funda, no entanto, não sobre nossa capacidade e sim, sobre os maravilhosos atos do Senhor e no poder de seu Espírito. Assim, convidando-os, finalmente, a recordarem, como uma esperança e como uma oração, as palavras da profecia, que são uma firme promessa e uma bendita realidade em Jesus Cristo:

Eis aí vêm dias... e firmarei nova aliança... esta é a aliança que firmarei... Na mente lhes imprimirei minhas leis, também no coração lhes inscreverei; eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo.
(Jeremias 31. 31-34).

Pelo poder dessa promessa atrevamo-nos a dizer Sim à aliança que Deus nos oferece — em Jesus Cristo, com nossos irmãos, em e com nosso povo.

Buenos Aires, setembro de 1982

A OPINIÃO PÚBLICA

Senhores Periodistas

Os abaixo-assinados, sacerdotes, e leigos católicos — teólogos, cientistas sociais, escritores e periodistas — que fomos testemunhos da visita de Sua Santidade João Paulo II à Nicarágua e que, com grande interesse, acompanhamos de perto todos os preparativos, sentimos o dever de nos dirigir a vocês a fim de corrigir certas versões difundidas por alguns meios de comunicação internacional sobre tais fatos e, particularmente, sobre aquilo que aconteceu durante a missa campal celebrada pelo Papa na Praça 19 de Julho, em Manágua, na sexta-feira, 4 de março, às 4h45m da tarde.

1. Afirmou-se reiteradamente que os católicos nicaraguenses enfrentaram obstáculos, por parte das autoridades civis, para estarem presentes nos lugares de encontro com o Papa, e que à Praça 19 de Julho apenas chegaram pessoas selecionadas pelo governo da Nicarágua. Nós pudemos constatar pessoalmente que cerca de setecentas mil pessoas assistiram aos diversos atos litúrgicos realizados em León e Manágua, o que representa a quarta parte da população do país. Quase todos os transportes coletivos que a Nicarágua possui e quase a totalidade de sua infra-estrutura viária foi posta a serviço de tal mobilização, e, oficialmente, se ofereceu a quantos o quiseram a possibilidade de participar de evento.

2. Também se disse que as autoridades civis de Nicarágua impuseram censura à imprensa por ocasião da viagem de Sua Santidade ao país. O que não é correto, porque, lendo há mais de um mês a imprensa nicaraguense, tomamos conhecimento de que, desde o momento em que se anunciou oficialmente a visita do Papa à Nicarágua, os periódicos puderam proporcionar ampla, variada e — nas últimas semanas — completa informação.

3. Lemos também que a comissão vaticana que preparou a viagem de Sua Santidade à Nicarágua não pôde discutir, com a Junta de Governo de Reconstrução Nacional, a colocação de uma grande cruz na tribuna em que o

Santo Padre celebraria a Eucaristia, e que, em lugar disso, o Governo ornamentou a Praça 19 de Julho com um grande cartaz revolucionário. Desejamos esclarecer que, na Nicarágua, todo mundo sabe que os três murais ali postos, os quais representam as efigies do General Augusto César Sandino e dos fundadores de Frente Sandinista de Libertação Nacional, lá estão desde julho de 81. Causa-nos estranheza o fato de que quase ninguém tenha, em contrapartida, falado do mural que as Comunidades Eclesiais de Manágua pintaram uma semana antes da chegada do Santo Padre, e que representam o povo de Nicarágua saindo para receber o Papa, ao lado das imagens da Imaculada Conceição de Maria e de São Domingo de Gusmão, Patrono de Manágua. Mais ainda, antes de nossa saída de Manágua, soube-se no país que as autoridades civis da Nicarágua ofereceram à comissão vaticana a colocação de uma cruz, ao que essa comissão reagiu indiferentemente.

4. Igualmente vimos que alguns telegramas internacionais da imprensa falam de "pirataria eletrônica" por parte do Governo na celebração da missa campal na Praça 19 de Julho, coisa que é descrita como "manipulação dos microfones na missa do Papa em Manágua, a fim de que não fosse escutada a voz de João Paulo II, mas a propaganda política". Nós que assistimos pessoalmente a essa missa damos testemunho de que, em nenhum momento, por motivos técnicos de som se deixou de escutar a voz do Santo Padre. Todos quantos acompanharam esse acontecimento em seus aparelhos de rádio e televisão, inclusive noutros países da América Central, podem confirmar que em momento algum foi silenciada a voz do Papa por manipulações de som na Praça.

5. Em quase toda a imprensa internacional afirma-se insistentemente, desde 4 de março, à noite, que o governo nicaraguense, por meio de turbas sandinistas transformou, com frases de ordem políticas, um ato religioso num ato político. Nós os que assistimos a essa celebração acreditamos que o referido ato litúrgico de massa se desenvolveu normalmente até quase o final da homilia do Santo Padre. Foi então que, partindo de diversos ângulos da praça e especialmente do lugar onde estavam muitas mães de nicaraguenses que morreram na luta contra o somozismo e na situação

atual de violência com grupos somozistas sediados em Honduras, daí se originou uma forte tensão emotiva, que chegou a traduzir-se em apelos ao Santo Padre, pedindo-lhe uma palavra sobre a paz e uma oração pelos seus mortos. O lugar onde elas se encontravam estava próximo aos postos de transmissão e, apesar de os técnicos de som tentarem controlar essa inesperada situação, não puderam evitar que elas se projetassem através dos microfones da praça e que sua angústia contagiasse amplos setores dentre os assistentes. A esses apelos se juntaram logo outros, uns claramente religiosos e outros de caráter político, que, na Nicarágua são comuns em concentrações de massa. Uma vez produzido tal fenômeno psico-social, perdeu a assembléia o sentido daquilo que estava acontecendo.

6. A imprensa internacional proclamou que o Governo do país boicotou premeditadamente, por esse meio, a missa do Papa. Embora lamentemos profundamente que ninguém tenha conseguido restabelecer eficazmente as características próprias da celebração, nunca tivemos a impressão de que se tratasse de algo previamente preparado. Acreditamos que a maior parte dos presentes poderia testemunhar que foram surpreendidos e ficaram espantados com a ocorrência de tal fenômeno, o qual dificilmente se compreende quando se está alheio e fora do contexto atual da Nicarágua. Nenhum nicaraguense se propôs deliberadamente a faltar com o respeito ao Santo Padre muito menos num instante tão solene como aquele. Todos os preparativos da visita demonstraram de maneira suficiente o esforço, o carinho e a comum disposição de todos os setores da Nicarágua, para receberem o Santo Padre.

Muito cordialmente.

Pe François Houtart,
Coordenador de Cursos na Universidade Católica de Lovaina, Bélgica;

Pe. Miguel Concha Malo O.P.,
Professor da Universidade Autônoma do México;

Dr. Pedro A. Ribeiro de Oliveira,
Sociólogo. Instituto Superior de Estudos da Religião, Rio de Janeiro, Brasil;

Javier Solís,
IDOC Internacional, Roma, Itália;

Dr. Pablo Richard,
Professor de Teologia, Universidade Nacional de Heredia, Costa Rica.

Manágua, 6 de março de 1983

ÚLTIMA PÁGINA

Os que “mesmo mortos ainda falam” estão nas páginas-vida de nossa história, como Brenno Schumann. Ele ficou assim como um símbolo de nós mesmos, de nosso trabalho e reflexão, de nosso ser CEDI.

Em 11 de março de 73 — dez anos passados — ele morreu (mataram-no?) numa estrada do interior de Minas. Ele, sua esposa Mariane e um jovem, o Jair.

Uma página, a pequena lembrança dos que não podem esquecê-lo. Sentemo-nos para a homilia. O pregador é o Brenno.

Nós te agradecemos, Deus, invocamos o teu nome e declaramos tuas maravilhas. Pois disseste: hei de julgar retamente. Digo aos orgulhosos: não sejam arrogantes. E digo aos ímpios: não falem com insistência contra a Rocha. Porque não é do Oriente nem do Ocidente que vem o auxílio. Deus é o juiz, a um derruba e a outro exalta. (Salmo 75, seleção)

Nossos templos não são apenas casas de pedra, onde as pessoas vão buscar consolo para suas misérias e sofrimentos. Nossos cultos não são apenas reuniões públicas, onde alguns repetem palavras e cantos pré-estabelecidos. É claro que não faltam pessoas que vêm à igreja com coração amargurado e sentem que a experiência da oração e do louvor pode aliviar e ajudar. E é claro que sempre existem alguns que misturam glórias, aleluias e bocejos.

Mas nós não queremos perder tempo com aquilo que não deveria ser e acontecer. É muito mais interessante a gente lembrar aquilo que é.

Nossos templos são o lugar onde acontece uma celebração. Nossos cultos são uma festa que pretende anunciar alguma coisa. Anunciar e transmitir o quê?

Anunciar, proclamar abertamente, publicamente que existe uma nova vida. Portanto o culto não é uma coisa neutra, inconsistente, morna, que não cheira nem fede. Pelo contrário, nosso culto celebra as maravilhas de Deus. Nosso culto celebra a criação de um mundo onde a fraternidade será vivida pelos homens que constroem a paz.

Quer dizer: quem vem ao culto e participa da festa, está contribuindo para tornar verdade aquilo que ainda não é, mas que pode ser. Os que se julgam donos da verdade, os amargos, os inseguros não sabem festejar. Para anunciar as maravilhas de Deus, e agradecer por elas, é preciso querer festejar. É preciso se desconstrair, acreditar naquilo que está sendo celebrado, é preciso perder a rigidez — em resumo: expressar a alegria de estar vivendo.

O salmo que nós acabamos de ouvir era cantado, rezado e até dançado pelo povo de Israel. Por quê? Porque eles sabiam festejar. E que é que eles comemoravam tão festivamente?

Eles comemoravam a certeza da promessa de Deus. Eles lembravam festivamente a presença de Deus na luta pela libertação do povo. Assim como nós celebramos a vitória de Deus, vitória que nos redimiu, nos salvou e nos garante o futuro. Alegria é um sentimento que sempre está intimamente ligado à esperança e à certeza. É a esperança que nos faz ir sempre em frente apesar de tudo. A atitude que vem da esperança é uma atitude de coragem. E essa coragem se fortalece com uma certeza: Deus é justo.

E agora? Interrompeu a festa? Qual foi o desastre? Qual é o mal-estar?

No meio da festa, Deus disse: Hei de julgar! Hei de julgar retamente!

Isso é festa ou é tribunal? A gente não estava mesmo querendo festejar Deus? Festejar o Deus que venceu a morte, que derrotou a escravidão, o Deus que nos libertou em Cristo?

E no meio da festa, é como se alguém tivesse deixado cair um copo. O dono da festa anuncia que vai julgar. De repente nós nos lembramos daquela frase que todos repetem, domingo após domingo:

“Creio em Jesus Cristo que virá para julgar os vivos e os mortos”.

E então a coragem se esvazia e vem o medo. As canções morrem na metade, a gente sente vergonha. A gente queria comemorar uma nova esperança — mas voltou a incerteza, a dúvida. A gente queria celebrar — mas os pensamentos, o coração, as convicções ficaram lá longe, lá atrás, lá fora. Por que, minha gente? Por que é que nós fracassamos tão seguido? Por que é que a justiça de Deus nos deixa tão chateados — ou assustados — ou desanimados e tristes?

Nós ouvimos: “Deus é o juiz. A uns derruba e a outros exalta”. E essa ducha d’água fria cai sobre nós porque sempre imaginamos que nós é que vamos levar o tombo. É capaz que nós sejamos os derrubados...

Mas a coisa toda nem é essa, meus irmãos! A justiça de Deus não tem nada a ver com legalidade. A justiça de Deus não tem nada a ver com leis, e princípios, e normas, e pesos, e medidas. Se Deus fosse julgar de acordo com um regulamento, pra começo de conversa — não escapava ninguém! Em algum cantinho de nós, cada um é um — pois é, e aquilo mesmo! Cada um de nós! Não adianta ser arrogante ou orgulhoso, não adianta mesmo.

Justiça de Deus é uma dádiva, um presente que o Senhor nos dá. Justiça de Deus é isso que permite viver e dá a alegria de viver. Para a Bíblia, justiça é o novo relacionamento de cada um e de todos com Deus. Justiça de Deus é essa imensa liberdade de se abrir para o futuro, para o amanhã. Justiça de Deus é a promessa de que tudo aquilo que ainda não é hoje, certamente vai ser amanhã. Justiça de Deus é o mesmo que salvação gratuita.

E é por isso que a festa não precisa ser interrompida. Nós não precisamos ficar com medo e perder a coragem. Nós não precisamos perder a alegria e a esperança. O auxílio, a salvação não vêm do Oriente nem do Ocidente. Nós não precisamos perder tempo com coisas de cá e coisas de lá. A maior maravilha de Deus é justamente isso: que ele é justo no meio de todas as injustiças. Por isso o culto dos cristãos é uma festa. Quando nós ouvimos dizer que o juiz é Deus, podemos celebrar e agradecer.

Graças a Deus, nós todos só dependemos dele, a Rocha, nossa salvação. Amém.

Mar de Espanha — 24/09/72